

LAS POLÍTICAS NEOLIBERALES Y LA CIUDAD EN AMÉRICA LATINA DESAFÍOS TEÓRICOS Y POLÍTICOS

**Pedro Pérez
María Carla Rodríguez
(compiladores)**



INSTITUTO DE INVESTIGACIONES

IIGG | **GINO**
GERMANI

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES - UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES

El presente libro contiene una selección de los trabajos presentados en el V Seminario de la Red Latinoamericana de Investigadores sobre Teoría Urbana (RELATEUR), organizado conjuntamente con el Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe (IEALC) y el Instituto de Investigaciones Gino Germani (IIGG) de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires (UBA) (Buenos Aires, 27-30 de julio de 2021)

Pírez, Pedro

Las políticas neoliberales y la ciudad en América Latina : desafíos teóricos y políticos / Pedro Pírez ; María Carla Rodríguez. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Universidad de Buenos Aires. Instituto de Investigaciones Gino Germani - UBA, 2022.

Libro digital, PDF - (Seminarios y jornadas)

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-950-29-1946-1

1. Sociología Urbana. 2. América Latina. I. Rodríguez, María Carla. II. Título.

CDD 307.76098

Otros descriptores asignados:

Teoría urbana crítica / Procesos urbanos latinoamericanos / Financiarización periférica / Urbanización bajo lógicas no mercantiles / Epistemología y metodología de la investigación urbana



INSTITUTO DE INVESTIGACIONES

IIGG | **GINO GERMANI**

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES - UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES

Colección Seminarios y Jornadas

Martín Unzué - Director

Carolina De Volder - Coordinadora del Centro de Documentación e Información

Comité Académico del Instituto de Investigaciones Gino Germani

Rosana Abrutzky - Coordinación técnica

INVESTIGADORES

Titulares

Dr. Pablo Dalle (Director alterno)

Dra. Ana Clara Camarotti

Dra. María Carla Rodríguez

Dr. Jorge Daniel Castro Rubel

Suplentes

Dra. Analía Inés Meo

Dr. Marcelo Raffín

Dra. María Gabriela D'Odorico

Dr. Ricardo Jesús Laleff Ilieff

CLAUSTRO DE AUXILIARES

Titulares

Mag. Rosana Abrutzky

Suplentes

Mag. Vanina Inés Simone

CLAUSTRO DE BECARIOS

Titulares

Lic. María Victoria Imperatore

Lic. Martín Hernán Di Marco

Agustina Trajtemberg

Suplentes

Lic. Luca Zaidan

Lic. Mirna Lucaccini

Lic. Sebastián Lemos

Eduardo Rosende - Corrección de estilo y composición

Silvia Leone - Diseño de tapa

Instituto de Investigaciones Gino Germani

Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires

Pte. J.E. Uriburu 950, 6° piso (C1114AAB), Ciudad de Buenos Aires, Argentina

www.iigg.sociales.uba.ar

ISBN 978-950-29-1888-4



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercialCompartirIgual 4.0 Internacional

ÍNDICE

Introducción. Aportes desde América Latina para una comprensión crítica de los procesos urbanos latinoamericanos <i>María Carla Rodríguez y Pedro Pírez</i>	11
--	----

PARTE I

La reconfiguración de la urbanización en América Latina durante los años de hegemonía neoliberal

1. Perspectivas sobre los procesos del capital y sus efectos urbano-territoriales

Financeirização periférica, neoextrativismo e urbanização dependente na América Latina <i>Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro y Nelson Diniz</i>	25
---	----

La financiarización de las infraestructuras y su impacto en la configuración del territorio <i>Alfonso Valenzuela Aguilera</i>	53
---	----

2. Algunas dimensiones particulares

Inflexão neoliberal, milícias e o controle dos territórios populares: desafios para a teoria urbana crítica na América Latina <i>Orlando Alves dos Santos Junior</i>	79
---	----

De antiguas periferias a áreas pericentrales: reconfiguraciones
socioterritoriales en las metrópolis de América Latina. El caso de
Restrepo y barrios aledaños en el pericentro sur de Bogotá
Thierry Lulle 103

Corredores urbanos terciarios: configuración socioterritorial
de la zona metropolitana de Cuernavaca, México
*Blanca Rebeca Ramírez, Carla Filipe Narciso, Lisett Márquez López
y Rafael Mora López* 137

El proceso de neoliberalización en la gestión urbana local
y la institucionalización de Convenios Urbanísticos.
¿De la mercantilización a la captura del marco regulatorio urbano?
Natalí Peresini 165

3. Aristas de la producción de la ciudad desde lógicas no mercantiles

La compleja relación de la urbanización popular
con la mercantilización capitalista
Pedro Pérez 195

Hacia una definición sociológica de la informalidad urbana
Julio A. Calderón Cockburn 213

La resolución de la necesidad de vivienda en la periferia histórica
del Gran Santiago
Paula Rodríguez Matta 231

Produção comum do espaço: a construção teórica
de uma alternativa
Renan dos Santos Sampaio 253

PARTE II

Reflexiones epistemológicas y metodológicas sobre la producción de objetos de conocimiento en la investigación urbana

División intelectual del trabajo: de la generación del conocimiento
al colonialismo académico
Blanca Rebeca Ramírez 281

Ideologías coloniales, narrativas y percepciones populares persistentes de otredad etno-racial en las cambiantes dinámicas de exclusión urbana. Debates y evidencia sobre México, Colombia, Chile y Argentina <i>Javier Ruiz-Tagle y Carolina Aguilera</i>	305
Circulación de ideas de planificación urbana y de políticas urbanas en América Latina <i>Guillermo Jajamovich, Camila Saraiva y Gabriel Silvestre</i>	331

Renan dos Santos Sampaio¹

PRODUÇÃO COMUM DO ESPAÇO: A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DE UMA ALTERNATIVA

INTRODUÇÃO

A discussão em torno do comum vem ganhando importância, sobretudo a partir dos anos 1990, através de diversos trabalhos que o analisam pelo viés de sua produção, gestão ou apropriação e a partir de diferentes correntes de pensamento. Contribuições significativas como a de Elinor Ostrom (1990) — numa perspectiva econômica (e liberal) sobre a gestão dos comuns — ou como as de Pierre Dardot e Christian Laval (2017) e de Michael Hardt e Antonio Negri (2009) — numa perspectiva marxista de análise da produção e apropriação do comum — assumiram certo protagonismo na bibliografia deste conceito e sobre como ele pode ser incluído no imaginário social, com o intuito de torná-lo objeto mais claro na disputa e na pauta de movimentos sociais. Certamente, o comum guarda potencial para tornar-se uma estratégia para emancipação humana e reorganização social, ambiciosa e abrangente. Não por acaso, uma de suas ramificações mais potentes é a concepção de um *comum urbano*, ou seja, um comum ligado à *produção do espaço*, pois esta produção, inserida no modo de produção capitalista, não apenas se configura como um dos principais motores da reprodução de capital, como também atua através de sucessivos cercamentos e apropriações. Destacar o comum da produção do espaço significa, portanto, como pretendo demonstrar aqui, tornar legível esta contradição, e representa

1 Arquiteto e Urbanista. Graduação pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Mestrando no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), na área de concentração de Habitat. Bolsista de mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

um primeiro passo na construção teórica de uma alternativa, já que identifica uma direção.

Esta direção, contudo, não parte do zero. Considero de importância primordial o ponto de partida *lefebvriano* de visualização da virtualidade possível-impossível da sociedade urbana, aquela “que nasce da industrialização”. Objetivando a revolução urbana, o período no qual estarão superadas as questões da era industrial para passar “ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à *sociedade urbana* passará ao primeiro plano” (Lefebvre, 2019: 21, grifo no original), teremos como ponto de chegada o estabelecimento do *espaço diferencial* e da primazia do *habitar*. Isto implica numa leitura do espaço urbano que vai além da (ou contra a) homogeneidade, que busca as reminiscências e as diferenças, históricas e contemporâneas, e que, além disso, reconhece e reafirma a coexistência de distintas realidades urbanas, afinal, “se não lhe é dado [ao ser humano] como oferta e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabrica à sua maneira” (*ibidem*, p.98). Pretende-se, portanto, posicionar o comum dentro desta problemática, indicando que ele já se encontra no real e no vivido e que possui potencialidade para tornar possível a sociedade urbana, mas que por ora se encontra aprisionado justamente na lógica que o torna impossível: sua apropriação e cercamento por parte do capital. A construção desta perspectiva alternativa pode auxiliar na visualização dos obstáculos que se colocam no caminho de um novo modo de vida. Três movimentos teóricos serão necessários para a construção desta alternativa.

Primeiro movimento teórico: indicar a necessidade de abandonar uma compreensão linear do tempo na análise da produção do espaço, herança da ideologia industrial e, portanto, evolucionista-progressiva. Este movimento é essencial para identificar a heterogeneidade e o aspecto diferencial do espaço sem interpretar estas características erroneamente. A industrialização e o pensamento moderno obscurecem as heterogeneidades sob o prisma do crescimento, e denominam a homogeneidade, falsamente, de desenvolvimento. Opõem, portanto, não mais dois aspectos equivalentes e supostamente neutros (o igual e o diferente) mas lhes atribui diferenças qualitativas (o desenvolvido e o atrasado). Esta distinção apenas contribui para escamotear o processo contido no real: as diferenças são, elas mesmas, essenciais à reprodução de capital e, uma vez dominadas por essa relação, são mantidas como heterogêneas apenas na aparência (forma), enquanto tornam-se homogêneos seus conteúdos e seus objetivos. Há homogeneidade mesmo na precariedade, no “atraso” e no informal, assim como há heterogeneidade possível com desenvolvimento social. Uma compreensão não

linear do tempo é essencial para formular estas questões, de modo que não sejam reduzidas a um caráter progressivo, de evolução, mas sim de *revolução*, no sentido de uma organização social *outra*.

Segundo movimento teórico: retomar o conceito de antivalor para relacioná-lo ao comum, implicando num adensamento da discussão sobre o comum ao passo que lhe atribui um duplo caráter. Por um lado, constitui um momento essencial à valorização do valor. Por outro, pode indicar um caminho para a luta anticapitalista e contra-hegemônica, exatamente por este poder de representar uma pausa ao valor em movimento. Esta discussão é primordial porque permite não apenas evidenciar as apropriações realizadas pela produção capitalista do espaço, como também delimitar um campo de disputa e, além disso, recuperar uma direção que possa indicar uma totalidade, uma (im)possibilidade contida no real que deve não apenas ser elucidada, mas formulada como alternativa. Uma forma de produção comum do espaço, baseada no comum-antivalor;

Terceiro movimento teórico: abordar criticamente o processo somente aparente com o qual a produção capitalista do espaço se apropria do produto de formas de produção diversas e porque o comum-antivalor pode superar esta aparência. Este procedimento implicará, inevitavelmente, numa adição às formas de produção do espaço, a forma de produção comum, o que pode alimentar futuras investigações. A relevância deste movimento teórico é, de fato, apontar a continuidade existente nas diferentes formas de produção do espaço e a necessidade de elaborar a ruptura, para que a análise contemple a totalidade (não há totalidade sem ruptura) e para que se possa imaginar uma outra sociabilidade e um outro devir urbano.

1. PRIMEIRO MOVIMENTO: TEMPO NÃO LINEAR

No mundo oriental, um só era livre. No mundo antigo, alguns eram livres. No mundo moderno, todos serão livres. Assim vai o tempo. A esta visão otimista juntava-se uma representação fácil de reter: o evolucionismo, que não tardou a tornar-se ideologia corrente; o superior nasce do inferior, o melhor do pior. Tudo se apresentava então à luz do progresso como formação, gênese, transição, mas de um bem menor para um estado melhor. *O inteligível definia-se pela continuidade.* (Lefebvre, 1971: 17)

A concepção linear do tempo, evolucionista, característica da modernidade, permeia também os estudos sobre a produção do espaço. São numerosas as críticas que denunciam um suposto “atraso” da construção civil e que defendem seu desenvolvimento tecnológico e de suas forças produtivas por exemplo, se nos debruçamos sobre um nível

mais imediato desta produção. São conhecidos também os estudos que, por outro lado, demarcam a especificidade deste setor e contrariam esta lógica progressiva, identificando como estrutural seu caráter manufatureiro, mas também estruturante sob ponto de vista da reprodução de capital, tal como identificam uma certa impossibilidade de desenvolvimento sob essas bases.² Não raro nos deparamos ainda com denúncias sobre o caráter “subdesenvolvido” de determinadas formações urbanas ou de partes das cidades, produzidas e ocupadas por relações tidas como “informais”, “precárias”, e que por isso justificam alguma intervenção, visando supostas “melhorias”. Importante notar: este “atraso” não trata apenas da chamada autoconstrução, das favelas, das periferias, mas também. À medida que avança o domínio do capital, o conceito se estende para englobar tudo aquilo que escapa à homogeneidade do que é considerado desenvolvido. Desde técnicas construtivas (tradicional, vernacular), conhecimento da mão-de-obra (por repetição prática, transmissão familiar), utilização de determinados materiais (insumos de baixo valor agregado), passando pela forma de ocupação do solo (desordenada, irregular, espontânea) e indo até as relações sociais estabelecidas na produção (empreitada, mutirão, produção doméstica), no consumo (compra, venda e aluguel local/informal de materiais, ferramentas, cômodos, imóveis) e na apropriação do espaço (associação espontânea de moradores, comunidades orgânicas, movimentos sociais), tudo é *parcialmente* combatido em nome da reprodução de capital. Técnicas construtivas *high-tech*, mão-de-obra especializada, materiais altamente industrializados, ocupação formal e repetitiva do solo, produção financeirizada, consumo centralizado em investidores e gestão empresarial do espaço são alguns dos elementos que, respectivamente, correspondem ao “avanço” representado pela produção capitalista do espaço urbano.

O combate ao atraso, contudo, é apenas parcial, aparente, embora seja levado a cabo de maneira concreta em determinadas áreas das formações urbanas. O desejo ávido pela homogeneidade impõe sua força, mas nem tudo cabe neste processo. *Há continuidades e descontinuidades*, portanto alguma heterogeneidade resiste. Uma heterogeneidade submetida, contudo, sob o forte impacto de não escapar, ou conseguir permanecer à parte, do domínio das relações capitalistas, o que implica em re-produzir, à sua maneira, as relações sociais de produção,

2 Do ponto de vista do caráter manufatureiro da indústria da construção e da especificidade deste setor, contribuições importantes são, por exemplo, as de Sérgio Ferro (1979, 2006), Paulo César Xavier Pereira (1988), Ermínia Maricato (1982, 1986). Em trabalhos mais recentes, contudo, como o de Lucia Shimbo (2020), já aparece a interpretação de que há algum avanço tecnológico no setor, seja na organização da produção ou até mesmo nos métodos construtivos.

formando assim a *totalidade* do modo de produção capitalista. Ou seja, a homogeneidade e esta heterogeneidade (submetida) constituem um movimento numa única direção, porque dominadas pela reprodução de capital, que, por sua vez, *necessita dos dois domínios*. A produção capitalista do espaço é, portanto, dependente de formas de produção que, em aparência, lhe são estranhas, exteriores, mas que na verdade constituem riquezas e produções que podem ser consideradas comuns. Nesse sentido, resgatar a heterogeneidade (real), cujo embrião se encontra nesta totalidade dominada pelo capital, pode sinalizar um caminho para viabilizar o comum urbano e uma outra organização social. O primeiro passo para alcançar este objetivo é evidenciar como a perspectiva moderna (industrial) obscurece ou reduz a complexidade de uma dinâmica necessariamente urbana, histórica e não linear, abrindo deste modo a possibilidade de visualização dessa apropriação.

1.1. O TEMPO NÃO-LINEAR EM MARX

Uma primeira contribuição que auxilia em nosso objetivo está na obra de Marx. Sabemos que Marx pouco se dedicou à análise do espaço urbano, tarefa por vezes empreendida por Engels, mas isto não significa uma ausência completa do tema em seus escritos. No Livro II d’*O Capital*, por exemplo, no capítulo 12, *o período de trabalho*, Marx aborda a construção civil justamente por sua peculiaridade de longo tempo de rotação de capital, comparando-o com outros ramos de produção, que possuem tempos de rotação mais curtos. Ele quer demonstrar a necessidade de um certo grau de desenvolvimento capitalista, ou seja, certo nível de acumulação prévio, que possibilite que a construção civil seja objeto de uma produção mercantil. Segundo ele, isto só ocorre quando “a concentração do capital já é bastante considerável e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento do sistema de crédito oferece ao capitalista o cômodo expediente de adiantar —e, desse modo, também arriscar— capital alheio, em vez de capital próprio” (Marx, 2014: 324). Por isso, afirma que:

Nas fases menos desenvolvidas da produção capitalista, os empreendimentos que necessitam de um período de trabalho prolongado e, portanto, de um grande investimento de capital por um período mais longo [...], ou não são em absoluto executados de modo capitalista, como é o caso, por exemplo, de estradas, canais etc., construídos à custa da comunidade ou do Estado [... ou] só são fabricados numa quantidade ínfima e custeados pelo próprio patrimônio do capitalista. Ao contrário, na era capitalista desenvolvida [...] apenas excepcionalmente um construtor capitalista constrói por encomenda, para pessoas privadas, isoladas. Seu negócio é construir fileiras de casas e bairros inteiros para o mercado, assim

como o negócio dos capitalistas individuais é construir ferrovias como empreiteiros. (*Ibidem*)

Se estas afirmações de Marx, por um lado, representam, como de costume, presciência do autor em forma de uma instigante constatação, que já indica um processo de mercantilização do espaço que iria se generalizar apenas no final do século seguinte, por outro lado, contudo, representa uma visão linear, progressiva, evolutiva, no fato de que o capital penetra na produção do espaço apenas em estágios de capitalismo desenvolvido, onde já houve uma espécie de ‘acumulação primitiva’. Se tal constatação não está completamente equivocada, também não se mostra totalmente verdadeira. Uma percepção não linear, da convivência de produções não capitalistas e capitalistas, ou ainda, “desenvolvidas” e “atrasadas” parece mais adequada, sendo que a convivência se revela, de fato, muito mais uma dependência (do ponto de vista do capital, que depende do “atraso”) do que simples coexistência.

O método de Marx ao longo d’*O capital* consiste muitas vezes em tornar constantes determinadas variáveis para poder analisar o movimento de uma variável específica. Neste caso, na análise do tempo de rotação de capital, Marx isola esta variável e equipara a construção civil com outros ramos produtivos tornando constante qualquer outra variável. Assim, aparece a necessidade de um desenvolvimento prévio para absorção da construção civil pelo capital, *apenas por este aspecto*. Tornando outras variáveis não constantes, outras possibilidades se desenham. Nos *Grundrisse* Marx já demonstrava compreensão de que tal linearidade evolutiva é apenas aparente. O capital exerce uma dominação total de tal forma que certas relações de produção “atrasadas”, “não capitalistas”, nos aparecem como à espera da dominação, quando na verdade fazem parte da reprodução de capital, como seu pressuposto. “Por essa razão, se, ao final do processo, que foi iniciado sob o pressuposto do capital, o capital parece ter desaparecido como relação formal, isso só pode se dar porque foram ignorados os fios invisíveis que o capital tece no processo” (Marx, 2011: 237). Fica implícito neste trecho a coexistência de relações formais e informais, e Marx os determina como um *momento*:

O capital, para vir-a-ser, pressupõe uma certa acumulação, que já está presente na antítese autônoma do trabalho objetivado frente ao trabalho vivo, *na existência autônoma dessa antítese*. Essa acumulação, necessária ao devir do capital, *que já está contida, portanto, em seu conceito como pressuposto —como um momento—*, precisa ser essencialmente diferenciada da acumulação do capital que já deveio capital, na qual já têm de existir capitais. (*Ibidem*, p. 251. Grifo próprio)

Se tomamos estas afirmações de Marx pela via do tempo linear evolutivo, caímos na armadilha de interpretar que este *momento* (acumulação prévia, antítese do trabalho objetivado) é efêmero, ocorre no início do desenvolvimento capitalista e desaparece, substituído por alguma evolução. No entanto, se as tomamos pela via de um tempo não linear, compreendemos que este momento está sempre presente, mesmo que ele seja diferenciado da acumulação de capital que já parte da preexistência de capitais. Como pressuposto da reprodução de capital ele não se desenvolve, é mantido em aparente atraso e se submete de maneira quase invisível. Não seria esta a relação que observamos ao analisar o espaço urbano? Uma vasta gama de relações “informais”, “atrasadas”, que servem de pressuposto para a reprodução de capital, que a alimentam, que coexistem com seu oposto, e que ao mesmo tempo preparam o terreno para a futura acumulação. Tornar estes momentos visíveis é, contudo, apenas um primeiro passo para a compreensão da totalidade do movimento do capital e da produção do espaço.

1.2. O TEMPO NÃO-LINEAR EM HENRI LEFEBVRE

A segunda contribuição que auxilia em nosso objetivo está na obra de Henri Lefebvre. Em *O fim da história* ele já colocava em xeque a linearidade temporal que supõe constante evolução e que suscita e é sustentado por um pensamento historiador, desenvolvido como tática, apologia e ideologia. Se “nos projetos iniciais (Marx) a história e o conhecimento deviam dissipar as ideologias, é agora a própria história que se ideologiza” (Lefebvre, 1971: 14). Esta ideologia, segundo ele, obscurece, dissimula uma realidade, que pertence ao projeto da modernidade, à racionalidade industrial e à uma sociabilidade burguesa de dominação (sobre a natureza, sobre o trabalho), definindo assim um cotidiano que (re)produz as relações sociais de produção. A modernidade se configura como ‘era da razão’, que privilegia o *Logos* em detrimento do *Eros* e leva a cabo a divisão (social) do trabalho, concreto e intelectual. As ciências parcelares, especializadas, colaboram para a construção da razão moderna: somadas, não constituem uma totalidade, mas sim uma razão totalitária. Reduzem a complexidade e as contradições de seus conteúdos descartando aquilo que não se enquadra no “grande projeto da razão ocidental” e que é “normalmente encoberto pela ordem burocrática, pelo cálculo econômico e pela filosofia” (Santos, 2019: 528). Constroem narrativas parciais e tornam-se abstrações concretas, corroendo o campo do vivido (suas abstrações seriam reais, mas não verdadeiras?). As ciências se reduzem à ideologias a serviço da sociedade de consumo dirigido, da burocracia estatal, do produtivismo e da acumulação capitalista.

Neste contexto há crise da história, pois a história não se concretiza. O tempo linear, progressivo e evolucionista não entrega o que prometeu, não há desenvolvimento, apenas crescimento econômico não distribuído.³ A modernidade aguardava uma pós-história, da qual a história ela mesma estava prenhe, desfecho este que Henri Lefebvre interpretaria como positivo ou negativo (Santos, 2019): em Hegel o tempo histórico possui sentido positivo e caminha linearmente rumo à evolução (do conhecimento, da razão, do Estado); Marx, ao estabelecer sua crítica radical, inverte o sentido colocado por Hegel, o tempo histórico se torna negativo, caminha rumo ao aumento das contradições, da crise, da opressão, e desse contexto de negatividade emerge o dever histórico do proletariado (revolução). Dessa maneira Lefebvre recorre a Nietzsche, que se estabelece como o terceiro termo de sua dialética triádica, já que na obra deste reside uma outra possibilidade. Nietzsche “foi o primeiro a encarar a hipótese de uma civilização diferente da nossa, porque nasceria no repúdio da história, da historicidade, do histórico, do passado”, uma civilização que “implicaria um corte radical, uma descontinuidade total, uma renovação dos métodos do conhecimento, logo um repúdio do pensamento historiador” (Lefebvre, 1971: 22).

A renovação dos métodos do conhecimento objetivada por Lefebvre remonta à distinção que ele constrói entre lógica formal e lógica dialética. É possível que no campo da análise do *real*, ao longo do curso da história mundial, o pensamento abstrato se limite ao concebido, relacionando formas e conteúdos que indiquem “evoluções”: positivas, no sentido do hegelianismo (das instituições, do Estado), e negativas no sentido do marxismo (de tensionamento das contradições e dos conflitos de classe). Cumprem então um papel primário no movimento do pensamento, pois “a lógica formal e a lógica geral encontram-se no início do conhecimento, não na ordem histórica real, mas na ordem metodológica, enquanto começo do pensamento racional” (Lefebvre, 1995: 137). Essas concepções são insuficientes para elucidar o passado, o presente e sua *totalidade*. Há continuidades e descontinuidades: irracionalidades, desejos, particularidades. Pontos que escapam da história tomada na acepção de “grande razão moderna” (totalitária) e que explicam a própria crise da história, o motivo de sua não realização, ou seja, do *desenvolvimento desigual* da humanidade em escala mundial.

Reside aqui a importância da tríade lefebvriana Hegel-Marx-Nietzsche, pois é a partir dela que o movimento do pensamento não se limita

3 “Marx discernia crescimento e desenvolvimento por não confundir o quantitativo e o qualitativo; mas para ele o crescimento (quantitativo) e o desenvolvimento (qualitativo) da sociedade podiam e deviam caminhar juntos. Uma triste experiência mostra que não é bem assim. Pode haver crescimento sem desenvolvimento, e às vezes desenvolvimento sem crescimento” (Lefebvre, 2019: 184).

à uma oposição positivo-negativo, mas apreende também a ruptura, o que permite ao conhecimento avançar. Se Hegel iniciou um processo que “salvou a razão” e “descobriu um novo movimento do pensamento, que soubesse mergulhar no real abandonado e nele encontrar raízes e alimentos”, falhou ao pretender que a síntese fosse “acabada e definitiva” (Lefebvre, 1995: 171-173). Marx avança o movimento e demonstra aquilo que em Hegel é um real abandonado: a exploração do trabalho, a dominação burguesa, a ilusão do Estado democrático burguês. Nietzsche aprofunda ainda mais o movimento, abre um outro paradigma e permite descobrir outro real abandonado, tudo aquilo que é negado pela história e pela cultura da razão ocidental moderna, todas as diferenças, as reminiscências mantidas no vivido.

O pensamento que restitui esses movimentos deve então buscar a totalidade aberta, que não se encerra, que está sempre sendo construída, debatida, criticada. Mais ainda procura identificar no real os elementos que contribuem para a constituição desta totalidade, incluindo aí a própria insuficiência do pensamento fragmentado, das ciências parcelares. É à esta operação que nos referimos para indicar que uma concepção linear do tempo é extremamente limitante no estudo da produção do espaço e na elaboração de estratégias para combater os problemas urbanos. As continuidades e descontinuidades, positivo e negativo, não entregam a pós-história, pois, na nossa hipótese, constituem apenas um domínio, o do capital, representados pelo espaço homogêneo e o heterogêneo submetido. O pensamento dialético, portanto, deve evocar a ruptura, a não-linearidade, a descontinuidade total, para apreender a totalidade e formular não apenas um diagnóstico, mas também um caminho.

1.3. HETEROGENEIDADE E ESPAÇO DIFERENCIAL

Segundo Lefebvre, a *produção do espaço*, como ciência, só poderia ser pensada como desenvolvimento de uma economia política do espaço, uma teoria que “não revoga os conceitos elaborados por Marx (como valor de uso e valor de troca), nem seu método; ela os transforma ao transpô-los para uma escala mais ampla, para um outro nível” (2016: 119). Isto significaria, portanto, retomar conceitos fundamentais, como a queda tendencial da taxa de lucro ou a composição orgânica do capital, mas em outras direções, espacializando-os. Certamente, a constituição do mercado e a extensão do fenômeno urbano a escalas mundiais faz com que as transferências de capitais se efetivem entre países e setores, levando a outros conceitos. “A noção de *composição* (orgânica) *média do capital* não concerne apenas às empresas, aos ramos industriais considerados separadamente. Ela se estende às regiões, aos países e nações” (Lefebvre, 2016: 120-121), mas não somente. Se podemos estender a

composição orgânica do capital ao âmbito mundial, por que não poderíamos analisá-la considerando a soma das formas de produção que concorrem para a totalidade da produção do espaço? Uma composição orgânica que considera o espaço homogêneo e heterogêneo (submetido) como um todo, no lugar de análises fragmentadas de cada forma de produção do espaço. Retoma-se (ou insurge em novo patamar) a noção de *desenvolvimento desigual*, tendo em mãos, contudo, *seu fundamento* no conceito de espaço diferencial e da crise da história.

Lembremos aqui os três movimentos do pensamento propostos na tríade lefebvriana: positivo-negativo-ruptura. Recordemos ainda que “O urbano é uma forma pura [...] uma abstração concreta [...] Ele se liga, de um lado, à lógica da forma e, de outro, à dialética dos conteúdos” (Lefebvre, 2019: 134). Compreendê-lo em seu caráter histórico-espacial não-linear portanto, exige o exame das continuidades (positivo), descontinuidades (negativo) e das diferenças/particularidades (rupturas).

Assim se precisa e se concretiza a noção de um ‘corte’ (de uma descontinuidade relativa) entre o urbano e seus antecedentes, a esfera industrial e a agrária [...] Certamente o espaço e o tempo mudam, mas o que os marca é o surgimento de uma forma [...] vizinha da forma lógica, *quase tão abstrata e ativa* quanto essa forma lógica [...] Essa forma relega ao passado alguns conteúdos ultrapassados. Ela atua *seletivamente*, no seio do conhecimento e dos resultados (ou resíduos) da história [...] Então, do que partir? De uma concepção formal da lógica e de uma dialética do *conteúdo*. (*Ibidem*, pp. 137-138. Grifo no original)

O conceito de espaço diferencial torna possível este movimento do pensamento. “O espaço diferencial retém particularidades, retomadas através do filtro do espaço homogêneo. Uma seleção é feita. As particularidades cuja homogeneização não foi levada a termo sobrevivem, restabelecem-se com outro sentido” (*ibidem*, p.148). A leitura das diferenças é o que torna possível desvendar o conteúdo e dar sentido à forma urbana,⁴ reunião das diferenças, centralidades e policentralidades. A diferença romperia a segregação, a dicotomia da desigualdade, onde o crescimento econômico se contrapõe ao “atraso” (em escala local e mundial). Há particularidades, espaços diferenciais nos quais o urbano se lê em sua confusão, em suas rupturas, onde “é o resultado de uma história que deve ser concebida como a obra de ‘agentes’ ou ‘atores’ sociais, de ‘sujeitos’ coletivos que atuam por impulsos sucessivos, que

4 “Tomando-se consciência da diferença, toma-se consciência da identidade (relativa) e vice-versa. A identidade (determinada) é identidade na diferença” (Lefebvre, 1995: 146).

projetam e moldam de modo descontínuo (relativamente) extensões de espaço” (*ibidem*, p. 143).

O espaço diferencial surge como o oposto, portanto, de uma concepção linear progressiva de espaço-tempo. Mas se é também, justamente esta produção descontínua dos espaços, em aspectos variados, que é apropriada pelo capital e que pretendemos indicar aqui como comum, nos encontramos meio a um impasse. A diferença, a heterogeneidade, precisa ser abordada por seu duplo caráter: quando aprisionada pela apropriação do capital, remete apenas à crescimento econômico, à reprodução de capital. Libertá-la implica caminhar na direção do desenvolvimento, mas também na direção do espaço diferencial, que surge desta heterogeneidade (submetida), das fissuras da totalidade, como ruptura, descontinuidade total. Uma concepção não-linear, portanto, do devir urbano.

2. SEGUNDO MOVIMENTO: COMUM E ANTIVALOR

Existem movimentos paralelos para integrar as dádivas ‘gratuitas da natureza’ à cadeia de produção de valor por meio de dispositivos arbitrários de valoração [...] Todos esses espaços são espaços típicos a partir dos quais se pode elaborar uma crítica anticapitalista. E, no entanto, o movimento político predominante em tempos recentes tem sido por sua integração à teoria do valor! (Harvey, 2018: 97)

Resta resolver um problema, intacto, que é o da apropriação dos resultados desse modo social; por enquanto, a capacidade de reprodução desatada pela atuação do fundo público leva água ao moinho dos proprietários de capital, numa situação em que este mesmo capital já é fundamentalmente socializado [...] decididamente, o acesso e o manejo do fundo público são o *nec plus ultra* das formas sociais do futuro. (Oliveira, 1998: 36)

A concepção e a busca por alguma ruptura não se dão, obviamente, sem obstáculos impostos pelo mundo da mercadoria, com seus fetiches e alienações provenientes dos processos de produção mercantis nos quais a sociedade capitalista assenta suas bases. Alguns desses obstáculos que se erguem em nosso caminho provêm da mercantilização de todos os aspectos da vida humana, o que impõe algumas dificuldades. Por um lado, eleva-se a desigualdade social, num contexto em que o acesso às mais diversas mercadorias fica restrito àqueles que possuem o poder conferido por uma representação monetária para acessá-las. Por outro, vislumbra-se cada vez menos outro horizonte, pois a dominação exercida pelo mundo da mercadoria é total, incluindo a consciência e a imaginação humanas. Parece ficar claro que toda e qualquer iniciativa para subverter a ordem vigente deveria ser capaz de desconstruir o

poder do capital nestes dois termos, o que torna relevante não apenas a crítica às relações de produção, circulação e distribuição do capital, mas também à vida cotidiana, à *reprodução das relações sociais de produção*. Tal perspectiva, aplicada à análise da produção do espaço, indica a necessidade de nos direcionarmos não apenas às questões de produção materiais imediatas, mas também às questões que as envolvem. Se isso não representa expressamente uma novidade neste campo de estudos, convém ao menos lembrar este aspecto.

Isto porque apesar desta constatação estar presente nos mais diversos estudos sobre a produção do espaço, nem sempre sua dimensão totalizante é lembrada de fato. Se o espaço é condição, meio e produto, sua instrumentalização não implica somente em sua mercantilização, sua racionalização para o mundo da mercadoria (o processo de homogeneização-fragmentação-hierarquização⁵). Implica também na apropriação dos mais diversos aspectos que concorrem para sua produção e consumo, as chamadas *condições gerais* da produção capitalista. *Estas condições gerais nem sempre são produzidas diretamente pelo capital, embora façam parte do modo de produção capitalista*. Há uma gama de não valores e antimercadorias que são mobilizadas para proporcionar ao capital as condições para sua reprodução. A consciência ‘atrofiada’, dominada pelo fetiche da mercadoria, torna-se incapaz de perceber ou de reagir frente aos constantes cercamentos, apropriações e mercantilizações daquilo que não é valor, enquanto as formulações teóricas encontram dificuldades por ter que conciliar formas de produção não mercantis com sua posterior circulação mercantil, formal ou informal. Como vimos em Marx, não podemos ignorar “os fios invisíveis que o capital tece no processo”.

A literatura do Comum tem tentado avançar neste aspecto, e a concepção de um comum urbano evidencia a intensa luta em torno das apropriações que ocorrem no espaço das cidades e se inserem no cotidiano da vida urbana, constantemente perturbado por uma movimentação desigual do capital e pelas alternâncias entre privatizações e estatizações de determinados valores de uso. O comum representa uma alternativa que permitirá uma pausa nesta alternância: nem comum, nem estatal, uma comunalização do espaço. Se diferentes grupos sociais travam uma disputa pelo acesso a elementos naturais, culturais, imateriais e qualquer outra frente atacada pela onda cada vez maior de apropriação capitalista, mas, sobretudo, o capital fixo urbano (a rede

5 Esta tríade lefebvriana retrata o processo pelo qual a instrumentalização do espaço molda a forma urbana, um espaço fragmentado, hierarquizado e homogeneizado. Inexoravelmente, no contexto da urbanização mundial, este é o espaço da metrópole e é deste espaço que devemos então partir para a construção de uma alternativa (Sampaio, 2021).

de equipamentos e infraestrutura), parece relevante estabelecer relação entre o comum e o conceito de antivalor, mediados pela perspectiva da produção do espaço urbano. O antivalor é um conceito capaz de potencializar o comum como uma frente de luta ante a espoliação e a apropriação capitalistas, inserindo-o na economia política exatamente como oposição ao valor. A relação entre antivalor e comum pode conter mais uma chave para a compreensão da contradição entre produção coletiva e apropriação privada, entre obra e produto e, portanto, auxiliar na pavimentação do caminho de elaboração da ruptura.

2.1. ANTI-MERCADORIAS E NÃO VALORES

Ao abordar o antivalor caminharemos aqui por duas abordagens diferentes, compreendendo-as não como opostas, mas sim complementares. A primeira, de Francisco de Oliveira (1998), constrói uma crítica ao capitalismo monopolista de Estado e afirma que o antivalor, na forma de fundo público, é condição necessária para a reprodução de capital e, ainda, parte integrante do salário indireto dos trabalhadores (benefícios sociais, equipamentos públicos, etc.). A segunda, de David Harvey (2018), estabelece crítica ao capitalismo financeiro neoliberal e indica o antivalor como um campo de luta anticapitalista, capaz de representar uma pausa no “valor em movimento”, na “espiral em constante expansão” de reprodução ampliada de capital. Apesar da complementaridade, há diferenças. Oliveira afirma que “o fundo público, em resumo, é antivalor” (1998: 35) e ao mesmo tempo que “o fundo público não é capital” (*ibidem*, p. 34), ou seja, que o antivalor não é capital. Harvey, por sua vez, não coloca o antivalor como “um acidente infeliz”, mas sim como “uma característica intrínseca e profunda da própria natureza do capital” (2018: 80), um não-valor, capital negado, “a desvalorização como um momento necessário do processo de valorização” (*ibidem*, p. 81). Esta diferença, apenas conceitual ou semântica na aparência, acaba por delimitar o papel que cada um dos autores atribui ao antivalor. Oliveira, interpretando-o como não-capital, lhe atribui papel de regulação (da produção e da força de trabalho). Harvey, delimitando-o como um momento crucial à valorização, lhe atribui a possibilidade de causar crises (no movimento do valor). A soma destas perspectivas pela via do Comum possibilita um caráter emancipatório nas duas aproximações.

No contexto do capitalismo monopolista de Estado, ao qual a investigação de Oliveira se refere de maneira crítica, o antivalor como fundo público “busca explicar a constituição, a formação de uma nova sustentação da produção e da reprodução do valor”, sem que, com isso, se torne “apenas a expressão de recursos estatais destinados a financiar a acumulação de capital”. O fundo público, portanto, é obrigatoriamente um duplo, um “mix”, que contém em si mesmo “a forma valor

e o antivvalor, isto é, um valor que busca a mais-valia e o lucro, e uma outra fração, que chamo antivvalor, que por não buscar valorizar-se *per se* [...] sustenta o processo de valorização do valor” (1998: 53). Apesar dos avanços sociais conquistados com a emergência deste caráter do fundo público, ele não realiza “o sonho da paz universal, e a eternidade do capitalismo”. Oliveira já sinaliza a possibilidade de crise deste sistema. Seu objetivo, portanto, é elaborar uma via de superação do capitalismo monopolista de Estado, na qual o antivvalor possui papel central, pois, em sua visão, permite certo controle ao capitalismo concorrencial (tornando-o mais moderado) e também avanços sociais e políticos rumo ao que denomina de democracia real.

Este mesmo contexto também é analisado brevemente por Harvey, focando na crise e nos desdobramentos do padrão público de financiamento. Para Harvey a ascensão do capitalismo monopolista de Estado e “políticas estatais keynesianas criaram incentivos ao mercado em linhas bastante diferentes, focando a demanda efetiva agregada financiada por endividamento”. É evidente que este endividamento possui também um duplo caráter, podendo se referir ao endividamento da demanda efetiva agregada e ao endividamento dos próprios Estados. De qualquer maneira, Harvey aponta que dentro deste contexto “segmentos importantes da classe trabalhadora se fortaleceram, e os sentimentos anticapitalista e antivvalor se tornaram evidentes”. E que mesmo com o papel crescente do endividamento, isto “significou um aumento do poder do antivvalor com o crescimento dos fluxos de capital portador de juros no processo de circulação de capital” (Harvey, 2018: 87). Dessa maneira, os dois autores sinalizam a potencialidade do antivvalor: demarcar um posicionamento contra o avanço do capital nas esferas de produção e circulação, assim como no consciente da classe trabalhadora.

Podemos dizer que Oliveira concentra sua análise no caráter específico do fundo público como “*ex-ante* da produção capitalista”, isto é, como “a referência *pressuposta* principal, que no jargão de hoje *sinaliza* as possibilidades de reprodução” (1998: 21. Grifo no original). Em outras palavras, Chico se concentra no fato de que o capital encontra limites para sua reprodução e utiliza o fundo público como uma das possibilidades de inversão desta tendência. O fundo público atua auxiliando na composição do necessário para a reprodução da força de trabalho (salário indireto) e libera o capital da ‘obrigação’ de investir em áreas que não representem algum retorno direto. Este processo não se dá sem contradições, pois “desmercantiliza parcialmente a força de trabalho, isto é, seu caráter de mercadoria”. Esta autonomização do capital constante “põe a nu uma espécie de desnecessidade da exploração ou a virtualidade dessa desnecessidade e, também, simultaneamente, a finitude de uma das formas mercantis mais importantes” (*ibidem*, p.

57). Este argumento caminha na direção de uma mudança no mundo do trabalho, da sociabilidade estruturada pelos processos de produção, e da perda de referência, na perspectiva do capital, da reprodução da força de trabalho como limite de sua expansão.⁶ Segundo Oliveira, as contradições oriundas do posicionamento do fundo público como este *ex ante* do capital acabam por expor os limites da forma mercadoria pois o “lucro passa a ser insuficiente, como forma social, para financiar a continuidade do processo de expansão do produto social”. As formas aparentes de expressão destes limites estariam “na concentração da renda, no encarecimento do capital constante [...] e numa volúpia de *apropriação de toda e qualquer forma de riqueza pública, que deve ser posta a serviço da acumulação de capital*” (*ibidem*, p. 58. Grifo próprio). Esta afirmação é uma das chaves para o argumento pretendido aqui, a definição de uma das formas de apropriação do antivalor: apropriação da riqueza pública, do fundo público, e de todas as antimercadorias produzidas a partir deste fundo (por definição, um comum, originado a partir da contribuição dos cidadãos) com o objetivo de reprodução de capital.

Contudo, a teorização do antivalor não se restringe ao fundo público. Algumas das definições de antivalor estabelecidas por Harvey derivam do conceito de “dávias gratuitas”, que podem ter origens diversas. Ele afirma, por exemplo, que “embora o capital repouse materialmente em sua relação metabólica com a natureza, isso não significa que a natureza em si possua valor. Ela é um armazém de dávias gratuitas que o capital pode usar sem precisar pagar nada por elas”. Essa é mais uma visualização importante para este estudo, pois é ponto de partida para a compreensão de um processo que se estende às mais variadas não mercadorias paulatinamente apropriadas como mercadorias, numa espécie de naturalização da ficção e do fetiche, já que “tais valores de uso podem, eventualmente, adquirir um preço, se forem cercados e se tornarem propriedade privada de alguém”. Percebemos aqui o uso do ‘cercamento’ como denúncia da apropriação privada, algo muito presente na discussão sobre os comuns e que indica uma pista do caminho proposto por Harvey. Ele prossegue, dando a dimensão da extensão desse cercamento e apontando que “semelhantes ‘doações’ de ‘bens gratuitos’ ao capital podem ser extraídas do trabalho de unidades familiares, do produto da agricultura de subsistência e de populações não produtoras de mercadorias”. As dávias gratuitas, portanto, não seriam apenas aquelas que não são fruto de trabalho humano, não valores, mas incluem também os frutos do trabalho não mercantil,

6 Nessa linha seguem os teóricos da crise do valor, cujas mais conhecidas abordagens remetem aos trabalhos de Robert Kurz, Anelme Jappe e do grupo Krisis.

ou improdutivo. Além disso, Harvey indica ainda que “até mesmo as habilidades adquiridas pelos trabalhadores podem ser apropriadas gratuitamente pelo capital. É o caso, em especial, das habilidades adquiridas no trabalho e do conhecimento armazenado no cérebro do trabalhador” (Harvey, 2018: 99-100). Com isto inclui nas dádivas gratuitas uma dimensão imaterial, intangível, que habita a consciência, a imaginação e o conhecimento humanos.

Certamente esta definição de ‘dádivas gratuitas’ nos leva a alguns questionamentos teóricos importantes. Como elementos naturais apropriados para a produção de mercadorias algumas destas dádivas podem compor o capital circulante do ponto de vista do capital produtivo, mas também cumprem papel na obtenção da renda da terra (fundiária, extrativa, imobiliária) e é um aspecto que exige atenção principalmente no estudo da produção do espaço, que mobiliza estas categorias. A indústria da construção ainda se apropria das dádivas originadas do trabalho improdutivo e não mercantil, que podem compor o capital fixo e variável, nas formas de infraestruturas urbanas, avanços tecnológicos e habilidades e organização produtiva dos trabalhadores. Estas apropriações permitem uma condição peculiar para este ramo produtivo, que mantém características manufatureiras em sua dimensão imediata (baixa composição orgânica) e que, associada aos cercamentos sobre as diversas dádivas gratuitas, contribui para estabelecimento de preços monopólicos no setor.

2.2. COMUM-ANTIVALOR COMO ESTRATÉGIA

Somadas, as contribuições de Francisco de Oliveira e de David Harvey nos colocam como antivalores o fundo público (e as antimercomodrias produzidas por ele), os elementos naturais (não valores), os trabalhos improdutivos e não mercantis, o conhecimento e as habilidades adquiridas. É evidente que se faz necessário certo cuidado para não incorrer em generalizações excessivas do conceito e que análises aprofundadas podem tornar mais claros os limites entre aquilo que pode ou não ser encarado como antivalor e, inclusive, para somar categorias além das aqui citadas. O objetivo aqui, contudo, é utilizar estas definições para sublinhar elementos que se tangenciam como antivalores e comuns na perspectiva da produção do espaço, para então denunciar sua apropriação.

É possível elencar, sumariamente, o que se enquadra nestas definições, somente a fim de tornar mais claro o argumento. Na perspectiva do fundo público, além de ser o próprio fundo um comum-antivalor, fruto da contribuição de todos os cidadãos ao Estado, as antimercomodrias sociais na forma de equipamentos (escolas, creches, hospitais etc.) também parecem se encaixar nesta categorização, assim como diversas

infraestruturas básicas (capital fixo urbano) como fornecimento de água, energia e esgoto, além de praças, parques e áreas de preservação (infraestrutura verde). Dos elementos naturais, a terra aparece como o não-valor comum mais presente e fundamental no espaço, além daqueles mais básicos à própria existência humana e que se relacionam de alguma maneira com o espaço como Sol, a água e o ar. Certamente também há muito trabalho comum do tipo improdutivo aplicado ao espaço, indo desde simples ações de manutenção e conservação até a produção coletiva ou comunitária do espaço. Ainda, conhecimentos e habilidades comuns são constantemente aplicados na produção do espaço, nas suas mais diversas formas de produção, bastando lembrar que o conhecimento formal é ele mesmo um comum, utilizado para a formação de arquitetos, engenheiros e outros profissionais envolvidos neste ramo. As habilidades dos trabalhadores deste setor, caracteristicamente manufatureiro, também não podem ser desprezadas, seja quando o empregam na construção para o mercado, por encomenda ou para si mesmos, e aqui reaparece a importância de considerar a composição orgânica do capital na totalidade da produção do espaço. De maneira geral, é como se a produção do espaço possuía em si elementos que a se configuram como um comum-antivalor e que, sob o domínio do capital, são mobilizados para sua reprodução, configurando assim uma apropriação.

Tanto David Harvey como Francisco de Oliveira denunciam esta apropriação e indicam um caminho de luta. Para Oliveira, a disputa deveria ter sido travada já no pós-Welfare State e consistiria em “demarcar, de maneira cada vez mais clara e pertinente, os lugares de utilização e distribuição da riqueza pública, tornada possível pelo próprio desenvolvimento do capitalismo sob condições de uma forma *transformada* de luta de classes” (1998: 47. Grifo no original). Demarcar a utilização e distribuição da riqueza pública não passaria também por demarcá-la como comum? David Harvey aponta para esta direção quando aborda a luta pela não mercantilização (ou não mercadorização):

As escolhas coletivas podem ser exercidas de várias maneiras, inclusive por meio de políticas de Estado no que diz respeito a benefícios sociais obtidos por pressão de movimentos políticos de longa data [...] Em alguns casos, a resistência é à própria ideia de mercadorização e restrição de acesso a bens e serviços básicos (como educação, saúde e água potável) por meio de mecanismos de mercado [...] O antivalor que surge de panes e falhas técnicas na circulação do capital se metamorfoseia em antivalor ativo da resistência política à privatização e à mercadorização. (2018: 83)

Harvey afirma ainda que a crítica duradoura ao capital se concentra sobre a “frustração das potencialidades criativas da maioria da população, à medida que o capital assume o controle não apenas daquilo que é produzido e de como será produzido, mas também das realizações culturais e intelectuais de outros como se fossem dele” (2018: 103). A cidade, como grande produto coletivo da sociedade, deixa semi-aparente essa contradição. Revela, na heterogeneidade de alguns espaços, que nem tudo se enquadra na continuidade do movimento do capital e que este movimento depende também de muitas descontinuidades, de criações alheias. A análise lógica, não dialética, interpreta estas descontinuidades erroneamente. As caracterizam como descontinuidades reais, quando na verdade são superficiais, apenas aparentes. O domínio do capital faz com que sejam descontinuidades na forma, mas continuidades no conteúdo, inseridas no movimento de reprodução ampliada global. Antimercomodias, não-valores e trabalhos improdutivos se tornam submetidos. A perspectiva do comum-antivalor não soluciona as contradições, mas as tornam mais visíveis, até mesmo para as análises, por esclarecer que lhes falta justamente a ruptura.

3. TERCEIRO MOVIMENTO: A FORMA DE PRODUÇÃO COMUM

Contra essas formas de essencializar o comum, contra toda crítica ao comum que o reduza à qualidade de um juízo ou de um tipo de homem, é preciso afirmar que *somente* a atividade prática dos homens pode tornar as coisas comuns, do mesmo modo que *somente* essa atividade prática pode produzir um novo sujeito coletivo, em vez de afirmar que tal sujeito preexista a essa atividade na qualidade de titular de direitos. (Dardot e Laval, 2017: 53)

Após esse longo percurso temos elementos que tornam possível a visualização da maneira com a qual a forma de produção mercantil do espaço se apropria dos comuns, antivalores colocados em movimento para fins de reprodução de capital. Os estudos como os de Samuel Jaramillo (1982) e de Pedro Pirez (2016) procuram detalhar aspectos da produção de mercadorias no espaço e, por isso, dedicam-se a elencar suas formas de produção e de consumo, os agentes envolvidos e as relações sociais e econômicas que se estabelecem entre estes agentes e estas diferentes formas de produção. É interessante notar que Jaramillo parte do mesmo ponto de Marx, presente no Livro 2 d’*O capital*, citado acima, ou seja, da dificuldade encontrada pelo capital em submeter a indústria da construção, e acaba por elencar, de maneira precisa, quatro diferentes formas de produção do espaço, sendo que algumas representariam formas mais “atrasadas” e outras formas mais “desenvolvidas” da produção. Pedro Pirez, por sua vez, percebe a heterogeneidade, a multiplicidade

de possibilidades contidas na interação entre as diferentes formas de produção, o que gera consequente aumento exponencial da matriz básica observada por Jaramillo. O salto objetivado aqui, contudo, consiste em demarcar que tais interações, mediadas pelo capital, acabam por homogeneizar seus reais conteúdos, submetendo-os à lógica mercantil. As formas heterogêneas o são apenas em aparência. A concepção linear do tempo, evolutiva, obscurece esta homogeneização, auxilia na manutenção da heterogeneidade aparente, procede à uma divisão entre avanço e atraso que não se confirma. O comum-antivalor, auxilia, por sua vez, a revelar esta tendência homogeneizante e centralizadora do capital e enquadra dessa maneira a *instrumentalização da desigualdade*.

Consideremos o próprio produto da promoção capitalista. A indústria da construção parece superar com facilidade o problema previsto por Marx do longo período de rotação de capital. Estratégias de financiamento e de financeirização (Pereira, 2018) solucionam a dificuldade do lado da produção e do consumo. A interação com o Estado já pode ser evidenciada aqui como uma apropriação, na disputa por recursos do fundo público e na sua utilização para produção de mercadorias, o que difere do caráter do fundo público como colocado por Francisco de Oliveira, que teria como objetivo a produção de antimercadorias. Marx ainda indicava que “não só o valor da força de trabalho despendida, mas também o mais-valor é constantemente transferido ao produto durante o processo laboral, porém ao produto inacabado, que ainda não ostenta a figura da mercadoria acabada e, portanto, ainda incapaz de circular” (Marx, 2014: 322-323). Se a estratégia de financiamento e financeirização permite a circulação sem a finalização da mercadoria, estratégias produtivas também são adotadas para colaborar nesta superação, da qual se destaca que a mercadoria oferecida por este tipo de produção muitas vezes possui um caráter inacabado. O produto habitacional não é habitável, e sua utilização pressupõe sempre uma outra forma de produção, posterior à produção da promoção capitalista e anterior à plena ocupação dos imóveis. Instalações diversas de acabamentos e revestimentos, execuções de mobiliários, modificações e adaptações, às vezes necessárias, às vezes somente com o objetivo de personalização, mobilizam produções por encomenda e/ou domésticas. Desta maneira, a promoção capitalista pressupõe, ela mesma, outras formas de produção em sua dimensão imediata, pois sua própria mercadoria não constitui o produto final.

Consideremos agora que a promoção capitalista se insere, toda-via, na cidade, ela mesma obra inacabada por definição. Obra coletiva produzida ao longo da história, quando instrumentalizada pelo capital a cidade se torna cotidianamente um novo ponto de partida para uma nova produção, já que se modifica continuamente no tempo —o que não

significa um caráter evolutivo linear, que fique claro. “A laboriosidade universal mediante a estrita disciplina do capital, pela qual passaram sucessivas gerações, é desenvolvida como propriedade universal da nova geração” (Marx, 2011: 255). Isto implica dizer que outras formas de produção do espaço são mobilizadas pela promoção capitalista, pois enquanto produzem o espaço urbano, conformam uma base cada vez mais “fértil” para a construção das mercadorias imobiliárias.⁷ Este processo histórico é conhecido: determinada localidade ou núcleo urbano se constitui, produções por encomenda e autoconstrução predominam, e este núcleo constitui uma sociabilidade; esta formação social reivindica e disputa recursos do fundo público, gerando paulatina expansão de infraestrutura; oportunamente a promoção capitalista intervém e reorganiza a seu modo aquele espaço, numa clara apropriação dos valores de uso conquistados e construídos ao longo do tempo, para o qual nada contribuiu anteriormente. Embora extremamente genérico, este modelo traduz de alguma maneira uma tendência generalizada.

A análise crítica deste processo, no entanto, costuma diferenciar as formas de produção entre mercantis e não-mercantis, apontando que, embora inseridas no mesmo modo de produção, algumas formas possuem características distintas: são produzidas para consumo próprio, para satisfação das próprias necessidades, não possuem como objetivo obtenção de mais-valor, não integram o mercado (ao menos formalmente), enfim, não são voltadas para o lucro. Estas análises acabam sendo contrariadas quando pousam sobre o real. Acabam, por vezes, fazendo concessões, incorporando com muito esforço teórico diversas exceções aos modelos. É o caso de compra e venda de habitações no mercado informal, por exemplo, ou de produções domésticas de habitações para venda ou aluguel. As aparentes discontinuidades que estas formas de produção “informais” ou “atrasadas” sugerem não resistem ao domínio do capital e acabam por re-produzir relações sociais deste contexto dominante. *Descontinuidades na aparência (forma), continuidades no conteúdo.*

Como vimos, a concepção não linear do tempo contribui para compreendermos que não há atrasos, mas sim coexistências. Isto situa as formas de produção dentro do modo de produção capitalista e lhes atribui o mesmo sentido (reprodução de capital), embora reconheça as particularidades de cada uma. Há diferenças e é preciso considerá-las. O comum-antivalor contribui para sair das aparências e demarcar as apropriações feitas pelo capital: as antimercadorias, os não-valores, o

7 Semelhante ao que Neil Smith denominaria como *rent gap*: uma flutuação da renda potencial de um determinado terreno causada por fatores internos mas também externos a ele. (Smith, 1996)

trabalho improdutivo, que se enquadram justamente nas produções heterogêneas. Mas referir-se a elas como possibilidade de elaborar um caminho para solucionar as questões urbanas é insuficiente. É necessário apreender a totalidade para formular análises e estratégias, e *não há totalidade sem a ruptura*, esta (im)possibilidade contida no presente.

Retomemos então as formas de produção elencadas por Jaramillo: autoconstrução, produção por encomenda, promoção capitalista e produção estatal. Esta categorização parece ser suficiente para o objetivo desenvolvido aqui, embora seja relevante considerar as variantes identificadas por Pedro Pirez. O mote, ponto de partida para esta abordagem é justamente que:

Existe pues una ausencia de una exploración de tipo general que dé cuenta del proceso en su conjunto, que relacione y dé coherencia a las investigaciones parciales, y lo que es muy importante, señale los vacíos en el tratamiento de aspectos esenciales que han sido pasados por alto, precisamente por el carácter descoordinado y puntual de la investigación urbana. (Jaramillo, 1982: 152)

A busca pela totalidade é de fato fundamental para o esclarecimento dos processos que ocorrem na produção do espaço. Essa totalidade se encontra subjugada pelo capital, que domina todas as esferas da vida, numa mercantilização extrema. Outras formas de produzir o espaço não parecem poder surgir deste imbricamento das mais variadas combinações e contextos, mas sim de um outro modo de pensar e viver.

Se tomarmos a tabela elaborada por Jaramillo (1982) como ponto de partida, podemos fazer adições que nos permitam visualizar este outro modo de pensar aqui proposto. Suas quatro formas de produção constituem o campo das continuidades e descontinuidades, formas de produção com o mesmo sentido e conteúdo —a reprodução de capital, porque dominadas por ele. Falta então à tabela conformar a totalidade: lhe falta a forma de produção da ruptura, presente e ausente no real, possível-impossível, a qual ainda não se sabe formular embora tenhamos pistas sobre ela. Se o comum-antivalor permanecem submetidos, apropriados pelo capital nas outras formas de produção, não seria na forma de produção da ruptura que seriam evidenciados, emancipados, produzidos pela antítese do valor e do trabalho objetivado, um trabalho solidário?

Tabela 1
Possibilidade de ruptura nas formas de produção do espaço. Elaborada a partir da tabela proposta por Jaramillo (1982: 211)

CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO						RUPTURA
<i>Formas de produção/ Posições</i>	Autoconstrução	Produção por encargo	Promoção capitalista	Produção estatal capitalista desvalorizada	PRODUÇÃO COMUM	
<i>Trabalho direto</i>	Usuário Final	Trabalhador assalariado	Trabalhador assalariado	Trabalhador assalariado	Trabalho solidário	
<i>Controle técnico da produção</i>	Usuário Final	Prestador de serviços	Capital ou seu agente subordinado	Capital estatal desvalorizado ou capital privado	Controle socializado	
<i>Valor da produção</i>	Autofornecimento de um valor de uso Valorização da força de trabalho	Autofornecimento de um valor de uso	Acumulação de capital	Reprodução da força de trabalho- acumulação Acumulação de capital construtor Reprodução geral de relação social	Uso Não-valor	
<i>Controle econômico indireto</i>	Mercado do solo Mercado de trabalho	Mercado do solo Adaptador de terrenos Organismos de planejamento	Mecanismos financeiros Organismos de planejamento Mercado do solo Adaptadores de terreno	Mercado de terras Aparato político	Anticapitalista	
<i>Formas de circulação</i>	Autofornecimento	Autofornecimento	Mercado livre	Atribuição mercantil	Comum	

Como Harvey aponta, o antivalor “consitui o solo subterrâneo do qual o anticapitalismo pode florescer, tanto na teoria quanto na prática” (2018: 84). Comum-antivalor, este termo duplo, guarda, portanto, esta potencialidade. Situá-lo na produção do espaço, para liberar este potencial, parece ser o desafio que deve ser empreendido por todos aqueles que imaginam uma outra realidade urbana. Os movimentos trabalhados aqui nos permitem apenas esboçar alguma tentativa neste sentido, como possibilidade que alimente estudos futuros. Somente estes estudos poderão responder se fica justificada esta adição à tabela original, caracterizando a forma de produção comum do espaço. Apontamentos podem ser feitos sobre esta forma de produção *a elucidar*: como controle técnico da produção, um controle socializado, compartilhando técnicas e conhecimento; como valor da produção, o não-valor, a possibilidade de desenvolvimento social em detrimento de crescimento econômico; não há controle econômico indireto, pois trata-se de produção anticapitalista, e que parece surgir da disputa entre a luta anticapitalista frente a intensidade das apropriações levadas a cabo pelo capital; por fim a forma de circulação seria nula, comum, compartilhada por todos. Confirmar estas hipóteses não consiste apenas em esboçá-las para o futuro, mas verificá-las no presente, em suas (im) possibilidades. A forma de produção comum deve surgir do real e do possível, das fissurar, mas mirando a ruptura.

APONTAMENTOS FINAIS

Não há conclusões possíveis num estudo como este, que se pretende uma contribuição à construção coletiva de uma crítica possível, mas ainda incipiente. Visando a totalidade aberta, parece-me mais adequado indicar como apontamentos finais uma síntese do caminho construído até aqui, que torna possível sua avaliação, crítica e extensão.

A concepção de um tempo não linear, colocada como primeiro movimento teórico, buscou apontar que, no desenvolvimento desigual, há continuidades e descontinuidades que, quando lidas pelo filtro do tempo linear, são colocadas numa falsa contraposição. A saída de uma concepção moderna, evolucionista, permite não só visualizar a coexistência das continuidades e descontinuidades, mas também da necessidade de formulação de uma ruptura, buscando a totalidade. Aplicar este raciocínio às formas de produção do espaço pode situar as diversas formas de produção existentes no mesmo campo do modo de produção capitalista, contribuindo para um desenvolvimento desigual, que instrumentaliza a desigualdade e que se utiliza das descontinuidades para estabelecer uma continuidade. Significa dizer, portanto, que a quebra deste movimento, desta hegemonia, só pode ser pensada através da ruptura, uma outra forma de produção, ela mesma um real-virtual, possível-impossível, que possui um embrião, situado nas formas de

produção existentes, mas que não se constitui em nenhuma delas e sim numa forma outra, que pode e deve ser construída.

A partir deste conceito, o segundo movimento teórico aqui percorrido ganha sentido. O antivalor sinaliza estes embriões contidos no real, que podem auxiliar na visualização das possibilidades de ruptura. Em sua forma “padrão de financiamento público”, o antivalor se materializa no espaço na forma de antimercadorias sociais, muitas sendo fundamentais para a reprodução da vida humana. Mas também se anuncia em outras formas, como nos trabalhos improdutivos, no conhecimento ou nos não-valores. Todas estas formas assumidas pelo antivalor são constantemente colocadas em movimento visando a reprodução de capital, mercantilizando todos os aspectos da vida humana. Cada antivalor que possa ser demarcado como comum torna-se então importante campo de referência para a luta anticapitalista e contra hegemônica, torna-se um embrião que pode ser gestado para a construção da ruptura. Tal disputa se dá em todas as frentes, seja na produção, no consumo ou no cotidiano, e tem como aspecto estruturante uma consciência coletiva sobre a contradição das diversas apropriações, por parte do capital, que não apenas mercantilizam a vida, como também produzem uma ideologia e uma consciência próprias, marcadas por individualismos, privatismos, consumismos; obstáculos para instituição dos comuns.

Por fim, o terceiro movimento teórico tenta situar os dois movimentos anteriores numa análise mais delimitada. Trata-se de um movimento breve, que pretende sinalizar conexões possíveis das formulações anteriores com os estudos sobre as formas de produção do espaço. Esta aproximação tem o objetivo de evidenciar que a promoção capitalista pressupõe as outras formas de produção em ao menos duas dimensões, imediata e global e torna-se, portanto, total. É uma tentativa de indicar a dominância desta forma homogênea de produção (continuidade) frente às formas heterogêneas de produção (descontinuidades). Esta dominância, importante ressaltar, não se encontra nos dados e gráficos, posto que a produção doméstica se situaria em patamares similares ao da produção imobiliária em números absolutos (Shimbo, 2020). Se encontra, na verdade, no processo contínuo de instrumentalização do espaço construído por parte do capital, onde cada forma de produção heterogênea contribui com a forma homogênea, avança no mesmo sentido, preparando a base que, posteriormente, “é desenvolvida como propriedade universal da nova geração”. Neste sentido, a importância de conceitos como espaço diferencial, comum e antivalor são fundamentais para, por um lado, demarcar esta propriedade universal como uma não propriedade do capital e, por outro, passar a formular a forma de produção da ruptura, que não apenas tem este objetivo na produção do espaço, mas também no imaginário coletivo e na ação política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Dardot, Pierre y Laval, Christian (2017). *Comum: um ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- Ferro, Sérgio (1979). *A casa popular*. São Paulo: GFAU.
- Ferro, Sérgio (2006). *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosacnaify.
- Hardt, Michael y Negri, Antonio (2009). *Commonwealth*. Cambridge: Harvard University Press.
- Harvey, David (2018). *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- Jaramillo, Samuel (1982). Las formas de producción del espacio construido en Bogotá. In Emilio Pradilla Cobos (Org.), *Ensayos sobre el problema de la vivienda en México* (pp. 149-212). México: Latina UNAM.
- Lefebvre, Henri (1971). *O fim da história*. Lisboa: Dom Quixote.
- Lefebvre, Henri (1995). *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lefebvre, Henri (2016). *Espaço e Política: o direito a cidade II*. Belo Horizonte: UFMG.
- Lefebvre, Henri (2019). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG.
- Maricato, Erminia (1982). Autoconstrução, a arquitetura possível. In Erminia Maricato (Org.), *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial* (pp. 71-94). São Paulo: Alfa-Omega.
- Maricato, Erminia (1986). Indústria da construção: reflexão sobre o “atraso tecnológico”. *Boletim Paulista de Geografia*, 64, 115-125.
- Marx, Karl (2011). *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, Karl (2014). *O Capital. crítica da economia política, Livro II*. São Paulo: Boitempo.
- Pereira, Paulo Cesar Xavier (1988). *Espaço, técnica e construção: o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo*. São Paulo: Nobel.
- Pereira, Paulo Cesar Xavier (Org.) (2018). *Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.
- Pérez, Pedro (2016). Las heterogéneas formas de producción y consumo de la urbanización latino-americana. *Quid 16. Revista del Área de Estudios Urbanos del Instituto de Investigaciones Gino Germani*, 6, 131-167.
- Shimbo, Lúcia Zanin (2020). *O concreto do capital: os promotores do valor imobiliário nas cidades brasileiras*. Tese de Livre Docência em

- Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia. Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos.
- Santos, César S. (2019). Henri Lefebvre e a morfologia de uma dialética espacial. *Geosp: Espaço e Tempo* (Online), 23 (3), 525-550.
- Sampaio, Renan dos Santos (2021). A favor da metrópole, contra a metrópole: uma perspectiva lefebvriana da contrarrevolução urbana. *Revista Geografias*, 29 (1), 121-141.
- Oliveira, Francisco (1998). *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes.
- Ostrom, Elinor (1990). *Governing the Commons*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Smith, Neil (1996). *The new urban frontier: Gentrification and the revanchist city*. Londres: Routledge.